

## **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

### **REQUERIMENTO Nº     de 2014 (Deputado Arnaldo Jordy)**

Requer seja realizada audiência pública nesta Comissão para debater os desdobramentos das denúncias apuradas pela Operação Lava Jato da Polícia Federal e seus reflexos na imagem da Petrobras e do Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 24, inciso III e art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam convidados para participarem de audiência pública nesta Comissão, destinada a debater os desdobramentos das denúncias apuradas pela Operação Lava Jato da Polícia Federal e seus reflexos na imagem da Petrobras e do Brasil, o juiz federal Sérgio Fernando Moro, titular da vara federal especializada em lavagem de dinheiro e crime organizado e responsável pela operação Lava Jato; do Procurador da República integrante da força-tarefa encarregada da Operação Lava Jato da Polícia Federal, Carlos Fernando Lima; e dos senhores Renato Duque, ex-diretor de serviços da Petrobras, e Marice Correia de Lima, ex-coordenadora administrativa do PT e depoente na operação Lava Jato.

### **JUSTIFICATIVA**

Desde junho do ano passado a sociedade brasileira vem dando indicações claras de que chegou ao limite de sua capacidade de aceitar o desvirtuamento ético generalizado que se descortina a partir de revelações cada vez mais cotidianas de esquemas de corrupção enraizados em nossas instituições.

Ao entendimento de que a prisão dos principais partícipes do caso do Mensalão - delatado em 2005 - era o começo de uma nova forma de cuidar da coisa pública, sobreveio a perplexidade diante da denúncia de um esquema igualmente criminoso e que utilizou os mesmíssimos métodos de superfaturamento de contratos com empresas públicas para pagar propina a pessoas físicas, jurídicas, a políticos e seus partidos.

Olhando em retrospecto, é impossível não traçar um paralelo claro do Mensalão com o Petrolão, pois a semelhança das alcunhas não é mera coincidência: estamos diante da reedição de um sistema de corrupção que se

revela mais vasto e predatório do que imaginávamos e profundamente arraigado nas nossas empresas e instituições públicas.

Assim sendo, para que este parlamento não se distancie dos reais anseios da nossa sociedade, aumentando ainda mais a distância entre nós, representantes do povo, e os nossos representados, urge realizarmos um amplo debate com a sociedade civil sobre o tema “corrupção”, tendo como convidados figuras-chave da Operação Lava Jato da Polícia Federal: o juiz federal Sérgio Fernando Moro, titular da vara federal especializada em lavagem de dinheiro e crime organizado e responsável pela Lava Jato; o Procurador da República Carlos Fernando Lima, integrante da força-tarefa encarregada dessa operação; e os senhores Renato Duque, ex-diretor de serviços da Petrobras, e Marice Correia de Lima, ex-coordenadora administrativa do PT e depoente no caso.

Infere-se que não há fórum mais apropriado que esta Comissão de Legislação Participativa para promover tal debate, pois este é o espaço por meio do qual a sociedade civil organizada pode intervir diretamente no sistema de produção das normas e das leis, apresentando sugestões para elaboração de novas normas ou para o aperfeiçoamento da legislação já existente.

E é exatamente essa a intenção da audiência pública que aqui solicitamos: trazer para o seio da nossa sociedade o debate acerca de um assunto que, não podemos nos esquecer, foi o catalisador de um dos movimentos de massas mais impressionantes da história recente do nosso país, visto que os reflexos perversos da corrupção, do descrédito em nossas instituições e do depauperamento das nossas riquezas, não fazem quaisquer distinções entre ideologia ou classes sociais.

Procuramos, assim, ao cotejar os relatos e opiniões de alguns dos principais protagonistas da Operação Lava Jato, reunir elementos sólidos que nos permitam conceber, em concurso com a sociedade brasileira, meios de refrear o ímpeto corrupto daqueles que, sob o pretexto de servir ao país, servem a si mesmos.

Sala das comissões, de novembro de 2014.

Deputado Arnaldo Jordy  
PPS/PA